

## CRÍTICA DE LIVROS

Christophe Giudicelli, Gilles Havard (eds.), *Les révoltes indiennes : Amériques, XVI<sup>e</sup>-XXI<sup>e</sup> siècle* (Paris: Les Indes Savantes, 2021)

Foi em oportuna hora que o selo editorial Les Indes Savantes publicou a coletânea *Les révoltes indiennes : Amériques, XVI<sup>e</sup>-XXI<sup>e</sup> siècle*, de Christophe Giudicelli e Gilles Havard. A publicação contém versões escritas de uma parcela dos trabalhos expostos no colóquio “Des ‘révoltes indiennes’ aux ‘émeutes autochtones’: sociétés amérindiennes, autonomie et criminalisation des conflits (Amériques, XVI<sup>e</sup>-XXI<sup>e</sup> siècle)”, realizado na Université de Rennes II, em março de 2017.

Se, como referem os organizadores nas páginas introdutórias da obra, a história das revoltas constitui uma espécie de gênero à parte na historiografia das Américas, importa ressaltar que esse gênero havia sofrido um revés significativo há aproximadamente quatro décadas, perdendo a posição proeminente que ocupara outrora (em especial, durante as décadas de 1960 e 1970) para cair em relativo desuso a partir dos anos 1980. O debacle rápido que acometeu grande parte dos Estados nascidos de processos revolucionários ao longo do século XX produziu na maioria dos historiadores o desinteresse (quando não a desconfiança e a desqualificação como premissas) em relação aos movimentos explosivos de fúria coletiva do passado. Os variados “giros” que então se seguiram nas Humanidades – giro cultural, linguístico, epistemológico, narrativo etc. – deslocaram a ênfase anterior dos movimentos populares para as ações individuais e as modalidades subjetivas de resistência cultural.

Desde que os conflitos sociais ressurgiram nos meios de comunicação ocidentais como decorrência da crise financeira global de 2008, porém, os olhares historiográficos têm pouco a pouco se voltado novamente para as experiências pretéritas de agitação humana coletiva e suas capacidades de interferência (ou mesmo alteração) das estruturas e processos sistêmicos de exploração, hierarquias e dominação social. O que vem se operando desde então, é preciso ressaltar, de nenhum modo se trata de um retorno anacrônico a modos anteriores de se examinar as experiências sociais de insurreição

popular, mas antes de um ressurgimento renovado e atualizado dos estudos das sublevações, enriquecidos pelos principais acúmulos de debates e perspectivas teórico-metodológicas que dinamizam a disciplina histórica recente. A coletânea sobre a qual me debruço nesta resenha, organizada por Giudicelli e Havard, é representativa desse movimento de recuperação oxigenada do objeto das rebeliões.

O livro está composto, além de uma introdução preparada pelos organizadores e de um prefácio assinado por Carmen Bernand, por um total de treze capítulos cujos objetos analisados se configuram como estudos de casos individuais, com recortes espaço-temporais que se espalham por diferentes territórios americanos (região dos Grandes Lagos da América do Norte, Louisiana, São Domingos, Chiapas, Andes equatorianos, Andes peruanos, Amazônia boliviana, Paraguai e Argentina) e que, no seu conjunto, atravessam o longo período que vai do século XVI ao XXI, conforme explicitado no subtítulo da obra<sup>1</sup>.

Rebeliões, revoltas, guerras, massacres, revoluções. Os distintos vocábulos com os quais os movimentos coletivos ameríndios aparecem categorizados (seja pelos autores que se debruçaram sobre eles na obra coletiva, seja na documentação que mobilizaram para tanto) refletem a multiplicidade dos fenômenos compreendidos pela expressão que se faz título, *révoltes indiennes*:

---

<sup>1</sup> Referencio a seguir, ao leitor interessado, os títulos dos capítulos da obra e seus respectivos autores: "1. Du rebelle au chef exemplaire: chroniques de la rébellion du cacique Enrique (Saint-Domingue, 1519-1534)", de Louise Bénat-Tachot; "2. Les Natchez se sont-ils révoltés en 1729? Histoire d'un massacre en Louisiane", de Gilles Havard; "3. «Effacez-les de la surface de la Terre». La Guerre de Pontiac (1763-1766) et les voies de l'intégration dans l'Empire britannique", de Alain Beaulieu; "4. Justifier son droit à la résistance armée. Les correspondances en guarani des élites indiennes lettrées des missions jésuites (Paraguay, 1752-1753)", de Capucine Boidin; "5. Au coeur de la paroisse rurale andine, XVIII<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècles: soumission, médiation, résistance", de María José Vilalta; "6. L'abolition des Villages d'Indiens au Paraguay (1848): assimilation ou négociation?", de Ignacio Telesca; "7. La république perdue de Santos Guayama: revendications indiennes et rébellions montoneras en Argentine (1862-1878)", de Diego Escolar; "8. La *Guayochería*: la construction d'une révolte indienne dans l'Amazonie bolivienne", de Anna Guiteras Mombiola; "9. Identité, résistance et pouvoir dans les Andes équatoriennes: réflexions historiques à partir de la province de Chimborazo", de Víctor Bretón Solo de Zaldívar; "10. Par delà la « malheureuse race indigène » et la « violente nation aymara »: protestations indigènes et « sens commun citoyen » au Pérou (XX<sup>e</sup>-XXI<sup>e</sup> siècles)", de Ramó Pajuelo Teves; "11. « Quand ondoient les *whiphala* et tournoient les frondes »: de quelques mobilisations et « guerres » récentes en Bolivie", de Gilles Rivière; "12. Race et rébellion: réactualisation et appropriations de l'indianité dans le Pérou contemporain", de Kyra Grieco; e "13. Entre résistance et révolution: les mots de la rébellion zapatiste", de Jérôme Baschet.

um levante colonial atribuído à influência de um cacique batizado como Enrique na ilha Hispaniola da primeira metade do século XVI; um massacre de colonos franceses por guerreiros nativos natchez na Louisiana de princípios do século XVIII; a atividade guerreira movida por confederação de grupos étnicos norte-americanos avessos à sua integração ao império britânico, em meados da mesma centúria; a justificação do ideal de revolta armada presente em escritos guaranis do Paraguai no mesmo período; os discursos e memórias de submissão e resistência indígena em uma pequena freguesia rural andina (e antiga redução de índios) na transição do regime colonial para o republicano; as estratégias de negociação que envolveram o processo de abolição das vilas indígenas no Paraguai oitocentista; uma sucessão de insurreições no noroeste da Argentina durante a segunda metade do século XIX; os conflitos étnicos travados na Amazônia boliviana no último quartel do mesmo século; as identidades sociais e transformações administrativas dos Andes equatorianos ao longo do período republicano; enfrentamentos armados envolvendo o Estado boliviano e grupos aymarás a partir da virada do último milênio para o presente; protestos políticos ameríndios e imagens do indígena resistente no Peru recente; o levante zapatista no México contemporâneo.

Entre os traços constitutivos que, em maior ou menor medida, perpassam o conjunto dos estudos compilados e que, simultaneamente, explicitam a atualidade da agenda historiográfica presente na dimensão global da obra, destacarei neste meu breve comentário apenas duas. Em primeiro lugar, os estudos que integram a coletânea conferem uma importância capital aos vocábulos e às taxonomias que foram historicamente lançados sobre as populações ameríndias e suas práticas insurrecionais pelos representantes dos poderes dominantes de cada conjuntura examinada: rebeldes, bárbaros, selvagens, entre outros designativos. Longe de constituírem constructos mentais puros e subjetivos, deslocados do terreno das práticas humanas concretas, as categorias sociais foram consideradas na publicação, ao contrário, como vetores de assimetrias e instrumentos de dominação realizada pelos poderes coloniais do passado e do presente. Em suma, o livro chama a atenção para a historicidade própria das categorias sociais, de modo que as palavras que foram e/ou têm sido politicamente mobilizadas para descrever os eventos insurrecionais ameríndios sejam reconhecidas como “ceux du pouvoir, des colons ou des agents de l’État, rarement ceux des Indiens” (p. 16-17).

A esse respeito, creio que o argumento merece ser pelo menos matizado, ressaltando-se que as categorias taxonômicas, muito mais do que produtos exclusivos de um ou outro sujeito histórico, seja ele individual ou coletivo, dominante ou dominado, podem ser interpretados com maior proveito como,

ao mesmo tempo, resultados e veículos de relações sociais necessariamente complexas e multidirecionais, não dicotômicas, das quais participam de diferentes modos os variados grupos em interação no tempo, inclusive (e sobretudo) as populações classificadas: nos casos em pauta, as populações ameríndias insurgentes de cada episódio e processo examinado. Essa proposição, cujo desenvolvimento ainda está por ser concretizado e exposto, parece-me combinar melhor com uma outra observação feita *en passant* pelos organizadores, para quem os padrões de apropriação e emprego das categorias sociais merecem ser interrogadas também a contrapelo, levando-se em conta o que elas podem evidenciar sobre as lógicas internas das ações indígenas rebeldes, sem que as descartemos de antemão como objetos de análise com o pretexto de que sejam imanentemente enganadoras por resultarem de incompreensões culturais, interesses ocultos e/ou por terem características invariavelmente etnocêntricas (p. 15). Sem sucumbir ao conforto da desconstrução categorial inconsequente, a proposta de Giudicelli e Havard consiste em

[...] déjouer l'ordre du discours qui organise le plus souvent les événements et les mouvements étudiés. Il s'agit de déconstruire des catégorisations pour mieux reconstruire les logiques politiques et culturelles qui présidaient aux mouvements que ces catégories condamnent d'emblée et interdisent de penser de façon autonome" (p. 16-17).

Em segundo lugar, emerge do conjunto dos capítulos uma atribuição de sentidos abrangente e flexível das categorias “índio” e “colonialismo”, uma significação desprovida de inclinações essencialistas ou maniqueístas como aquelas que ainda hoje são reproduzidas insistentemente ora pela historiografia tradicionalista eurocêntrica, ora pelos movimentos identitários reunidos sob a chave do “decolonialismo”. Esse aspecto foi, inclusive, ressaltado por Carmen Bernand em seu prefácio, explicando a comentadora que na primeira das categorias supracitadas foram incluídas populações autônomas, camponeses endividados, mestiços indianizados, miseráveis e indígenas letrados; na segunda, por sua vez, foram consideradas tanto as singularidades dos modelos hispânico, francês e britânico dos séculos XVI a XVIII quanto as do “colonialismo interno” dos estados republicanos dos séculos XIX, XX e XXI (p. 8). Não encontro na obra, todavia, a mesma inclinação enxergada por Bernand a uma valoração diminuta das ações indígenas, estas no seu entendimento (a meu ver impreciso e incorreto) “vouée généralement à l'insuccès” (p. 8).

O livro abrange, de fato, uma amplitude cronológica considerável, sendo um de seus principais méritos o de aproximar acontecimentos ainda em curso no tempo presente com eventos variados sucedidos em épocas passadas, explicitando em muitos momentos as articulações e continuidades históricas

entre o antes e o agora sem ceder nem ao anacronismo, nem ao a-historicismo. O presente político latente na temática das insurreições indígenas é problematizado e costurado nos treze capítulos de maneira sóbria e consequente, sem proselitismos rasos. Essa atualidade adquire ao mesmo tempo, na estrutura geral da coletânea, não obstante, uma centralidade que se reflete na assimetria dos períodos históricos considerados.

Na oposição – traçada pelos organizadores em sua introdução – de dois períodos históricos fundamentais – o colonial e o republicano – (p. 17), se percebe de partida um sutil descompasso entre as quantidades de capítulos dedicados a cada um deles (cinco ao primeiro e oito ao segundo). Quando, todavia, observamos individualmente cada um dos séculos abarcados pelo recorte global da publicação, a disparidade se manifesta ainda maior: um único capítulo abordando o século XVI, três o XVIII, quatro o XIX e cinco o XX e início do XXI. Apenas parcialmente esse desequilíbrio pode ser creditado às diferenças de atenção que cada período vem recebendo da investigação historiográfica: surpreende, por exemplo, que o século XVII não esteja representado por nenhum capítulo da coletânea, considerando-se que aquela centúria já ocupou lugar de destaque nas publicações de Giudicelli e Havard. Um século que, afinal de contas, concentrou insurreições indígenas em diferentes cantões do continente (do norte da Mesoamérica ao sul do Chile, da costa peruana ao litoral atlântico da América portuguesa), com especial incidência entre as décadas de 1640 e 1660, contrariando a proposição de Ruggiero Romano de que “el siglo transcurre en calma tanto más cuanto que la población indígena prácticamente no se mueve”<sup>2</sup>.

Por fim, privilegiando a distribuição espacial e cronológica das rebeliões indígenas através da reunião de uma série de estudos de casos singulares, os coordenadores optaram por renunciar à construção uma mirada efetivamente articulada e totalizante de dois ou mais eventos insurreccionais correlatos por meio da exploração analítica de suas simultaneidades, conexões ou até mesmo de eventuais processos históricos comuns que os atravessam. As conjunturas históricas concretas que auxiliam na explicação da dimensão fenomênica dos diferentes episódios insurreccionais estão densamente trabalhadas no interior de cada capítulo individual, devo reconhecer, mas suas prováveis conexões não estão registradas no plano estrutural da obra. O problema tampouco chegou a ser explicitado na seção introdutória do livro, não contemplando desse modo a demanda historiográfica contemporânea pela adoção estratégica de análises com escalas, contornos e recortes transespaciais.

---

<sup>2</sup> Ruggiero Romano, *Coyunturas opuestas: la crisis del siglo XVII en Europa e Hispanoamérica* (Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1993), 164.

Com tais observações, desejo exclusivamente salientar alguns caminhos possíveis de desenvolvimento da pesquisa histórica sobre as sublevações ameríndias da Primeira Modernidade para os próximos anos, sem que isso implique a atribuição de falha, insuficiência nem demérito à coletânea resenhada. A obra coletiva dirigida por Cristophe Giudicelli e Gilles Havard, ao contrário, cumpre bem a sua proposta, merecendo ser lida e considerada como referência bibliográfica importante para historiadores, humanistas e ativistas sociais, indígenas e não indígenas, de qualquer um dos lados do Atlântico.

**GUSTAVO VELLOSO**

Universidade Federal da Bahia

[gustavovelloso@ufba.br](mailto:gustavovelloso@ufba.br)